

GÊNERO, IDADES E GERAÇÕES

INTRODUÇÃO

Alda Britto da Motta

Quando, em 1978, a *Revista Daedalus*, da *American Academy of Arts and Sciences*, completou 20 anos de circulação, foi organizado, comemorativamente, um número especial dedicado ao tema GERAÇÕES. Já na Introdução dos trabalhos, pontuavam-se questões até hoje pertinentes, ou mesmo não resolvidas, como o caráter evasivo da própria idéia de geração, as ambigüidades do conceito e o fato de que aquele momento era *generation minded*.

Ao mesmo tempo, lamentava não existir uma contribuição teórica substancial sobre o tema, ignorando os trabalhos clássicos de Mannheim (1928), Eisenstadt (1956) e até de alguns de seus próprios e importantes articulistas convidados, como Mathilda White Riley e Tamara Hareven. Assinalava, ainda assim, a utilidade da perspectiva geracional na explicação dos fenômenos políticos, e até da procura de evidências que comprovassem se, do ponto de vista de uma geração, fora criado algo de novo e importante – na arte, na literatura, na construção do conhecimento.

Avaliava, por fim, a própria trajetória da re-

vista naqueles vinte anos, levantando problemas: Teria a revista documentado o pensamento de uma geração? De duas? De mais? Ao mesmo tempo, expressava uma dúvida presente na Sociologia desde Augusto Comte: Quando se poderia dizer que uma geração termina e uma outra começa?

Passados outros vinte e muitos anos, poderíamos, ainda, nos perguntar: Quanto caminhamos no sentido de superar as antigas incertezas, carências e ambigüidades? Quão *generation minded* somos hoje? De que gerações estamos falando, e como? Que fronteiras ou limites estamos pondo entre elas?

Discutindo ou comentando algumas dessas questões, podemos afirmar, em primeiro lugar, que incertezas, carências e ambigüidades se mantêm, por duas razões principais: a) a longa continuidade de uma tradição de escasso trabalho teórico sobre o tema, que só muito recentemente começa a ser superada – principalmente no que se refere às *relações* entre as gerações; b) a polissemia e a polivalência, evidentes e ainda inescapáveis do termo o que, evidentemente, contribui para a sua

imprecisão conceitual, porque, entre a idéia matriz de *gerar* e as referências atuais a fases ou hierarquias de produção de objetos tecnológicos, alinha-se um extenso rol de significados do termo “geração”, perigosamente matizados pelo uso livre no cotidiano.

Na análise científica, entretanto, os usos desse termo têm sido tentativamente sintetizados segundo três perspectivas ou sentidos principais que, até certo ponto, se entrecruzam: “coortes”, “grupos etários” e “gerações” propriamente ditas (Attias-Donfut, 1988).

A expressão *coorte* prende-se à referência estatística ou demográfica e basicamente designa um conjunto de indivíduos nascidos num mesmo intervalo de tempo, expostos a um determinado evento de caráter demográfico. Em princípio, ela encerraria o sentido menos geral ou sociológico dentre as três noções, embora não seja assim para alguns estudiosos. Para Bengtson (1995), por exemplo, *geração* refere-se ao âmbito da família, no sentido genealógico, e *coorte* é que seria usado no sentido social mais amplo.

A tradição antropológica é responsável pela segunda acepção, que se expressa basicamente em termos de *idades* (grupos etários, categorias de idade, classes de idade etc.) e se refere quase sempre à filiação, guardando um sentido ou uma função classificatória que inclui tanto as posições na família como na própria organização social mais ampla. Essa acepção tangencia também outros sentidos não exclusivamente cronológicos, quando enfatiza atributos culturalmente definidos, como na proposta de Meyer Fortes (1984), de estágios de maturação.

Essa classificação primeira e fundante que as idades alcançam em interseção com sexo e gênero (Balandier, 1977) permanece na sociedade contemporânea e se mantém como gerações na família e (ou) etapas no curso da vida, idades biossociais para assunção de direitos e deveres que são cobrados, permitidos ou admitidos, mas também passíveis de contestação, tanto nas relações cotidianas como nas normas jurídicas e prescrições oriundas do Estado.

Derivam daí as “idades da vida”, traduzidas em infância, juventude, maturidade e velhice, que atravessaram o imaginário dos últimos séculos, registradas em ilustrações de publicações, capas de livros, almanaques, depois também nomeadas ou tratadas como “gerações”, principalmente na atualidade. Essas “idades” tornaram-se também “ramos” de uma Sociologia das Gerações – Sociologia da Juventude, Sociologia do Envelhecimento... Entretanto, considerar que denominações como “jovens” ou “velhos” correspondem a gerações, em vez de constituírem categorias ou segmentos geracionais, introduz um outro sentido alternativo, composto entre a segunda e a terceira acepções expostas acima. Mas é o que mais abundantemente se encontra nas referências e discussões.

O terceiro sentido, considerado quase unanimemente como o mais plenamente sociológico – o de *geração*, propriamente dita – designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência.

Tanto o conceito como, sobretudo, uma estimativa dos limites ou justificativa de vigência social de uma geração – possibilidade de eficácia política ou cultural – no tempo, constroem-se ao longo de uma trajetória de reflexão sociológica que vem de Comte a Mentré (1920) e amadurece com Mannheim (1928). Com limites de 30 anos, que se reduzem a 25, 20, talvez a 10, e acompanhando o modelo da aceleração tecnológica sobre os modos sociais de existência e experiência, as gerações se delimitam em períodos cada vez mais curtos.

Mannheim (1928, p. 134) define geração em vários momentos e etapas do seu trabalho, sempre acentuando seu sentido histórico: “... *indivíduos que pertencem à mesma geração [...] estão ligados [...] a uma posição comum na dimensão histórica do processo social.*”, o que significaria uma predisposição para “...*um certo modo característico de pensamento e experiência e um tipo característico de ação historicamente relevante.*” (Mannheim, 1928, p. 135-136). Embora esse seja o sentido básico de sua concepção, Mannheim (1928, p. 137)

não desvincula, evidentemente, geração e grupo de idade:

O fenômeno social 'geração' nada mais representa do que um tipo particular de identidade de situação de 'grupos de idade' mergulhados num processo histórico social.

Situa, enfim, a base biológica da vida humana, para reforçar o sentido histórico dos fenômenos sociais:

Na verdade, o traço mais surpreendente do processo histórico parece ser o de os fatores biológicos básicos operarem numa forma latente e só poderem ser compreendidos através dos fenômenos sociais e históricos que constituem uma esfera acima deles. (Mannheim, 1928, p. 163).

Expostas alternativas de definições de geração – que, em boa parte, confluem – duas questões básicas imediatamente se impõem e guardam intensa atualidade. Observando-se que o mesmo contexto social não afeta igualmente todos os indivíduos de um grupo de idade e vivência – classificado ou autoidentificado como geração –, verifica-se que segmentos dessa geração podem assumir posturas e caminhos sociais diferentes, ou até opostos. É o caso de padrões ou de movimentos culturais que se manifestam diversamente na mesma época, ou de movimentos políticos, uns radicais outros conservadores, cada um reunindo indivíduos de idade aproximada num cenário social semelhante.

Por outro lado, cada momento histórico se realiza com a presença simultânea de várias gerações que, mesmo contemporâneas, não têm as mesmas experiências e trajetórias de vida.

Mannheim detém-se criativamente sobre ambas as questões. Propõe a categoria “unidades de geração” para designar a potencialidade (ou não) de formação de “grupos concretos” em que se fracionariam as gerações e, por outro lado, incorpora a brilhante formulação de Pinder (*apud* Mannheim, 1928) sobre a “*não contemporaneidade do contemporâneo*”: “*Todas as pessoas convivem com pessoas da mesma e de diferentes idades [...] Mas para cada uma ‘o mesmo tempo’ é um tempo diferente ...*” (Mannheim, [1928], p. 124).

Na sociedade longeva que vem se constitu-

indo nas últimas décadas – quando, cada vez mais freqüentemente, coexistem quatro e até cinco gerações na mesma família, pois as gerações não se substituem, se sucedem (Attias-Donfut, 1993) – a reflexão de Mannheim constitui-se em importante ponto de partida analítico e inspiração para a pesquisa.

Tendo enunciado os pressupostos básicos de uma teoria de gerações até hoje a mais completa e elucidativa, Mannheim dedicou-se, nesse campo, concretamente, a estudos sobre a juventude; aos jovens como agentes “naturais” da mudança social, ou aos jovens problematizados como membros de grupos ou facções políticas radicais. (Mannheim, 1971).

E será sobre a juventude que todos, durante largo tempo, se debruçarão, a exemplo de Eisenstadt (1976), que longa e amplamente analisa os jovens e os movimentos juvenis, não em termos centrais de geração, como o título de seu livro clássico (*De Geração a Geração*) promete. Eisenstadt (1976) centra-se em grupos etários e em graus etários, no geral construindo uma panorâmica de grupos jovens em suas formas básicas de organização e inter-relação com as “gerações” – essas últimas no sentido de posições na família. Preocupado em analisar a função dos grupos etários na interação social, Eisenstadt (1976, p.32) discerne uma possível origem e razão de ser desses grupos, assinalando que eles *...se originam das tensões entre as gerações e sua função é descobrir válvulas de escape para estas tensões ...*” Nesse sentido, “*... podem funcionar como mecanismos de ajustamento secundário ou, em alguns casos, como ponto de partida para a formação de grupos anormativos.*” (Eisenstadt, 1976, p. 32).

Segue explicando: “*Os grupos etários tendem a surgir quando a estrutura da família, ou do grupo de descendência, bloqueia as oportunidades dos membros mais jovens de alcançar status social dentro da família...*” (Eisenstadt, 1976, p. 233). Mas refere uma diversidade de situações, pois “*... os grupos etários que existem sob estas condições diferem consideravelmente daqueles existentes [...] sob critérios universalistas de integração dos siste-*

mas sociais.” (Eisenstadt, 1976, p. 29), os quais ensejam a constituição de grupos etários homogêneos e intermedeiam a transição da família para a sociedade mais ampla.

Se, em fases históricas anteriores, os grupos etários já tinham afluência ou visibilidade, na contemporaneidade, principalmente nas cidades, grassam as “tribos” (Maffesoli, 1987; Machado Pais, 2004), que dão vazão às mais variadas formas de expressão de pertencimento grupal, atingindo modificações inusitadas até do próprio corpo. Basicamente, os jovens diferenciam-se cuidadosamente das gerações mais velhas, dividindo-se estas entre a crítica a eles e um aprendizado imitativo... Entretanto, com a ampliação significativa das formas de sociabilidade não familiar, essa tendência atual à formação ou agregação em grupos etários vem atingindo também os mais velhos, que passam a constituir objeto recente de visibilidade social e exposição ao consumo capitalista de serviços, paralelamente à ampliação de uma esfera de liberdade individual, em expressão coletiva nos grupos de “terceira idade”.

Mas é ainda com foco preciso nos grupos jovens que se começa a discutir geração no Brasil – amplamente, até – nas décadas de 60 e 70 do século passado, o que corresponde a uma tendência praticamente mundial, caracterizada por um afã interpretativo diante dos numerosos e amplos movimentos juvenis então em ação – *hippies*, contra a guerra do Vietnam, a “segunda onda” do feminismo, movimento negro, etc. Registra-se uma variada produção sobre uma possível geração jovem, referenciada, sobretudo, à categoria “estudante” e a um quase teoricamente prescrito “conflito de gerações”. (Foracchi, 1972; Ianni, 1963; Guilhon Albuquerque, 1977). O ângulo de uma redescoberta e quase natimorta discussão sobre “solidariedade entre as gerações” só iria ser exposto nos anos 90, mais em referências que em trabalho teórico (Britto da Motta, 2003).

Só bem mais recentemente, entre as décadas de 80 e 90, um outro grupo geracional, o dos velhos, é alçado a objeto de estudo, por uma razão utilitária. Passam a ser considerados, pelo seu ace-

lerado crescimento relativo, um problema social, do mesmo modo como “problemas” teriam sido os jovens contestadores da década de 60 e os “menores” em “erro social” dos anos 70.¹

Nossa época é, portanto, também *generation minded*, inquieta entre dois extremos geracionais. Todos incomodam, ou parecem incomodar. A demografia assinala que há proporcionalmente cada vez menos crianças (o que aponta para uma provável dificuldade de reposição populacional no futuro). Mas também anuncia o “pior”, pois os velhos aumentam em número e longevidade, o que pode levar à “quebra” do sistema de Previdência e pôr em perigo a própria reprodução social. Estes são os mais recentes “problemas sociais”. A “geração” que inquieta, enquanto vai se desdobrando em anos e diversidades, e ensejando uma *nova questão teórica*, também existencial e política: entre sessenta e cento e dez anos de vida, que percurso geracional pode ser traçado? Quantas “gerações” de velhos estão coexistindo? Qual a “contemporaneidade” possível entre elas?

Entre percepções e tentativas de definir semelhanças e diferenças entre “velhos jovens” e “velhos velhos”, principalmente quando se pesquisa e teoriza sobre *uma* categoria de idade, geralmente uma das duas antes referidas, e escassa-mente sobre as relações entre as *gerações*, é importante ter em conta a observação de Lenoir (1998, p. 71-72):

A ‘velhice’, assim como a ‘juventude’, não é uma espécie de característica substancial que acontece com a idade, mas uma categoria cuja delimitação resulta do estado (variável) das relações de força entre as classes e, em cada classe, das relações entre as gerações, isto é, da distribuição do poder e dos privilégios entre as classes e entre as gerações.

E os gêneros, acrescentaríamos... E o trabalho teórico, tanto quanto o de pesquisa, em seguida, seria procurar discernir-se que processos sociais ensejam essas delimitações, porque elas são essenciais nos enunciados e definições de políticas públicas aplicadas às várias idades.

¹ Sobre o trabalho social de produção de “problemas”, ver Lenoir, 1998, p. 60, 64.

Inevitável torna-se, portanto, o estudo das relações entre gerações e das condições sociais em que elas estão se dando, o que incluirá, além disso, a necessária consideração das interseções com outras categorias relacionais abrangentes, como gênero e classe social.

As gerações, como as classes sociais, não existem isoladamente, mas em referência mútua, contraposição ou até oposição umas às outras. Uma geração é ou se torna aquilo que o jogo de poder permite nas relações com as outras. Esse movimento ocorre segundo as condições sociais vigentes em cada momento ou tempo social e o modo possível de apreensão e resposta dos atores sociais geracionais. É preciso lembrar sempre que, no interior de cada grupo geracional ou de idade, constroem-se representações, identidades e situações sociais que se confrontam com as de outros grupos ou categorias sociais (Britto da Motta, 1999). Ao mesmo tempo, essas relações realizam-se em articulação com condições identitárias definidas a partir de outras categorias relacionais, principalmente gênero, classe social e etnia.

Mas este é um enfoque teórico comumente “esquecido” nos estudos e pesquisas sobre idades e gerações. Ao mesmo tempo, naqueles trabalhos que se centram nas relações de gênero (como, neste número, é pontuado por Andréa Moraes em relação ao feminismo), a condição etária ou geracional é quase invariavelmente omitida, ainda que a articulação analítica com classe social e raça já seja regular e proveitosamente realizada.

Por tudo isso, este dossiê pretende não só provocar uma reflexão sobre a atualidade e importância analítica do par conceitual idade e geração na dinâmica política e na reprodução social – que, tentativamente, se vem definindo desde o século XIX –, mas também analisar que gerações estão sendo consideradas e como se vem trabalhando com elas na contemporaneidade. Além disso, busca enfatizar a validade – expondo análises que assim o fazem – da interconexão entre esses campos que representam importantes sistemas de relações formadoras de identidades e subjetividades coletivas: o gênero, a classe social e a raça ou etnia.

Assim é que Andréa Moraes inicia seu texto assumindo diretamente essa direção teórica, “dialogando” com conhecido artigo de Stolcke (1991) sobre sexo, gênero e cor. Expõe alguns resultados de pesquisa que demonstram não apenas o incessante movimento comparativo que está sempre sendo feito entre situação de gerações presentes e as de igual idade ou situação no passado, mas, igualmente, um contínuo debruçar-se, também comparativo, por parte de cada personagem geracional idoso sobre o seu próprio passado de jovem.

Retomando a incessante correlação entre gênero e geração e afirmando uma inegável preeminência social das assimetrias de gênero, Moraes deixa uma dupla questão final para reflexão:

[...] se mudanças nos padrões das trajetórias individuais de homens e mulheres (mudanças nos contratos entre os gêneros) corresponde a mudanças nos contratos entre as gerações, e qual é a medida dessa correspondência.

Na apresentação de resultados de pesquisas sobre jovens estudantes universitárias, Myriam Lins de Barros também articula analiticamente condição de gênero e de geração em determinada situação de classe. Compara gerações em suas relações e mudanças atuais: mulheres jovens de hoje – primeira geração de universitárias na família, “aprendendo” a cidade – com suas mães e avós quando tinham a mesma idade, registrando a postura mais aberta e livre que têm as mulheres atuais, principalmente as mais jovens. Ao mesmo tempo, detém-se sobre as relações entre duas diferentes gerações coexistentes, mães e filhas, para concluir que a mudança, nesse âmbito de relações na família, continua parcial, pois, por exemplo, existem assuntos sobre os quais a jovem não fala com a mãe “amiga”, apesar de com ela dialogar constantemente ...

Em resumo, registram-se avanços sociais, lineares, individualizados, das gerações mais jovens, embora no âmbito da família, principalmente segundo o gênero, eles estejam se dando em ritmo mais compassado.

Parry Scott e Jonnhy Cantarelli também ana-

lisam jovens de camadas populares, em um ângulo mais abrangente, o da participação religiosa. “A religião interage com outras dimensões da existência humana, criando propensões para ações dirigidas por ela”, relações sociais em geral, e à própria moral... “Há muitas juventudes”, reconhecem os autores – inclusive diante das escolhas religiosas diferenciadas desses jovens pesquisados, uma vez que a variedade de adesões religiosas na mesma família expressa caminhos individualizados que são também parte de um processo de mudança nessas relações.

Por outro ângulo, se diferentes credos religiosos a que se ligam esses jovens podem significar ou ensejar possibilidades de exercício de autonomia de crenças em âmbito geracional, além de melhora possível de padrões de vida (cursos e formação profissional), do ponto de vista das relações de gênero as hierarquias são unanimemente mantidas, e a subordinação da mulher é reforçada.

Os resultados dessas três pesquisas deixam claro que o âmbito das relações de gênero é mais resistente à mudança que o geracional.

A pesquisa de Iracema Brandão Guimarães, direcionada às atividades informais de baixa renda, prende-se, quase por definição, aos trabalhadores mais velhos que permanecem ou se reinserem no mercado de trabalho. A questão geracional, aí, refere-se à área quase única de acesso ou continuidade de trabalho para os mais idosos, ao mesmo tempo matizada pelo fato de que “o domínio, por esse contingente de trabalhadores, de uma experiência profissional lhes permite criar meios autônomos de sobrevivência.” Do ponto de vista das relações de gênero, o observado é que as mulheres são pouco presentes nas atividades em estudo – vendedores ambulantes e feirantes – supostamente pelo fato de serem “exercidas em local público, ou nas ruas, com exposição a vários tipos de riscos.” Vê-se, então, mais uma vez, que o tempo e a experiência profissional acodem aos estratos geracionais mais velhos, mas basicamente aos homens.

A pesquisa de Anália Torres centra-se na conjugalidade segundo diferentes durações de ca-

samento e, conseqüentemente, em indivíduos de idades e gerações diferentes no momento do casamento, “que viveram períodos da história social portuguesa distintos” (Anos 60, 70 e 80 do século XX). As formas de conjugalidade são interpretadas segundo as diferenças de gênero, e as mudanças intergeracionais se revelaram nas “diferentes referências simbólicas que distanciam os pais dos filhos”, A exemplo de velho operário que não compreende o fato de “a filha só fazer o ‘trabalho de estudar’ e não fazer nada em casa”, ou quando avalia que hoje “há muita falta de respeito por parte dos filhos.”

Do ponto de vista das relações de gênero, a gradativa possibilidade de acesso das mulheres mais jovens ao mercado de trabalho não significa um progresso linear, porque nada indica “que o sentido da transformação vai ser o mesmo para as jovens quando estas chegarem à idade das mais velhas” pois “cada geração corresponde também a uma conjuntura específica, quer no plano das condições objetivas de vida, quer no das idéias e valores.” Os homens, “...apesar dos progressos verificados nas relações mais novas [...] sobretudo no que toca ao envolvimento paternal no cuidado com os filhos” mais além das conseqüências da sua socialização para a vida extra-doméstica, freqüentemente se deparam com constrangimentos externos – inclusive no mundo do trabalho: ... são muitas vezes as empresas em que trabalham que esperam deles um comportamento adequado ao estereótipo em termos de gênero”, tal como nas “igrejas”, na pesquisa de Scott e Cantarelli.

Refletindo sobre os resultados das várias pesquisas apresentadas, atingidos através de diferentes caminhos, encontramos, mais uma vez, no percurso das gerações, a medida e o traçado possível da mudança nos modos de vida de cada época.

REFERÊNCIAS

- ATTIAS-DONFUT, Claudine. *Sociologie des générations*. Paris: PUF, 1988.
- _____. Un jeu entre générations. *Informations Sociales*, Paris, n. 30, 1993.

- BALANDIER, Georges. *Antropo-lógicas*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BENGTSON, Vern. Effets a long term du lien filial. In: ATTIAS-DONFUT, Claudine (Org.). *Les solidarités entre générations*. Paris: Nathan, 1995.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 13, p.191-221, 1999. In: DEBERT, Guita (Org.). *Dossiê Gênero em Gerações*.
- _____. *Espaço doméstico e gerações: disputas veladas e renúncias ambíguas*. Aracaju: UFS, 2003. 1 CD-ROM.
- EISENSTADT, Shmuel N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976. 1. ed. 1956.
- FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- FORTES, Meyer. Age, generation and social structure. In: KERTZER, D.I.; KEITH, J. (Orgs.). *Age and anthropological theory*. New York: Cornell University, 1984.
- IANNI, Octavio. O jovem radical. In: _____. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MACHADO PAIS, José; BLASS, Leila Maria (Orgs.). *Tribos urbanas: produção artística e identidades*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. *Sociologia do conhecimento*. Porto: Res Editora, [19-]. p.115-176. 1. ed. 1928.
- MENTRÉE, François. *Les générations sociales*. Paris: Bossard, 1920.
- STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, p.20-50, jun. 1991.